

Informe CNU

Produzido sob a
responsabilidade da
Diretoria da entidade.

www.urbanitariosbrasil.org.br | www.fnucut.org.br | E-mail: comunicacao@fnucut.org.br | [f](#) [i](#) [t](#) [v](#) /fnucut

RESISTÊNCIA CONTRA AS PRIVATIZAÇÕES MARCOU 2021



2021 se encerra como mais um ano marcado pelos ataques do governo Bolsonaro aos serviços e empresas públicas e, em sua estratégia de liquidar o patrimônio do povo, as companhias de energia elétrica e saneamento estão entre as mais visadas para serem

privatizadas.

Os urbanitários, liderados por seus sindicatos, federações regionais e pela CNU, têm resistido a esse crime, em várias frentes de atuação: política, jurídica, comunicacional. Os dirigentes estão em uma luta sem precedentes para

barrar as privatizações das empresas, visando manter empregos e direitos e, além disso, garantir energia elétrica, água e saneamento como direitos a todos os brasileiros, independentemente das condições financeiras de cada cidadão.

A LUTA SEM TRÉGUAS DESDE 2017 CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DO SISTEMA ELETROBRAS

Desde 2017 uma luta sem tréguas tem sido travada contra a privatização da Eletrobras, a maior empresa de energia da América Latina, e um dos grandes patrimônios públicos estratégicos para a soberania brasileira. A FNU, a CNU e os trabalhadores da empresa, organizados no Coletivo Nacional dos Eletricitários – CNE - fazem uma verdadeira guerra de guerrilhas nas ruas, na mídia, nas redes sociais, no Parlamento e nos tribunais.

Essa mobilização de resistência gigantesca já ultrapassa dois governos, foram vitórias contra fortes interesses econômicos e políticos, mas também frustrações vindas do parlamento, que deveria, em tese, estar ao lado dos interesses do povo, mas que optou em apoiar a entrega da Eletrobras ao capital especulativo. Mesmo com esse revés, a batalha das entidades e dos trabalhadores continuou no mesmo tom, e se dá na esfera judicial e em órgãos de fiscalização das contas do governo, como o Tribunal de Contas da União, que se debruça nas denúncias sobre a formatação do processo de privatização aprovado na Câmara e no Senado.

A estratégia das entidades é manter essa luta contra a privatização até 2022, ano eleitoral, onde o processo de venda da Eletrobras entrará em modo recessão. E



com a eleição de um novo governo, com viés popular e de esquerda, será possível anular esse crime de lesa-pátria que Bolsonaro e sua base no Congresso tentam a todo custo colocar em prática.

O BRASIL PERDE SUA SOBERANIA ENERGÉTICA COM A PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS

A privatização do Sistema Eletrobras

vai à contramão do que ocorre no setor nos países mais desenvolvidos, todos eles possuem suas estatais que garantem a sua soberania energética. A EDF, na França, e a State Grid, na China, são dois exemplos da importância estratégica da presença do Estado neste setor, jamais seus governos atuariam para vender seus patrimônios.

No Brasil, a Eletrobras tem cumprido ao longo de décadas um papel fundamental de levar energia e desenvolvimento a todas as regiões, especialmente no Norte e Nordeste, que nos governos Lula e Dilma tiveram um crescimento econômico acima da média do país. O salto social também foi imenso com a criação do programa Luz para Todos, levando energia para famílias nos rincões mais distantes, aonde o capital privado não quer ir por não dar o lucro que tanto almejam.



PRIVATIZAR É CRIME DE LESA-PÁTRIA

Privatizar a Eletrobras é um crime de lesa-pátria, pois, é uma empresa rentável, com totais condições de fazer os investimentos necessários para garantir um crescimento econômico de longo prazo. O capital privado jamais fará investimento com recursos próprios, será o governo, via empréstimo do BNDES que acabará bancando qualquer iniciativa nesse sentido.



LUTA JUDICIAL TEM SIDO CRUCIAL PARA BARRAR A PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS



Os sindicatos representados pelo CNE têm pautado sua luta contra a privatização da Eletrobras no campo jurídico, ações da Advocacia Garcez e do escritório do ex-ministro do STF, Ayres Brito, por exemplo, travam os embates para impedir a continuidade do processo de privatização da empresa em alto nível.

Os sucessivos adiamentos da votação no TCU são conquistas dessa participação do jurídico. As entidades sindicais sabem que sem essas ações certamente as dificuldades seriam ainda

maiores. Pois, o poder econômico tem várias e fortes conexões, como ficou provado nas votações do Congresso e no Senado, e a via judicial ainda apresenta maiores condições de se contrapor aos desmandos contidos nesse processo de privatização em curso.

Os trabalhadores e as entidades vão reforçar sua luta na esfera jurídica, buscando dessa forma reverter um quadro ainda difícil, mas que poderá mudar em 2022 com a eleição de um governo popular e democrático.



COMUNICAÇÃO REFORÇA A LUTA EM DEFESA DA ELETROBRAS PÚBLICA

Na luta para fazer o contraponto à mídia comercial que apoia abertamente a privatização do Sistema Eletrobras, a comunicação dos sindicatos, das federações regionais e da CNU tem tido participação ativa na divulgação de material da campanha Salve a Energia, seja nos site e redes sociais. O Twitter, a rede mais visitada por políticos e formadores de opinião, tem sido bastante utilizada. Já ficaram famosos os tuitos para movimentar as redes, com grande envolvimento dos trabalhadores. O resultado tem sido altamente positivo, basta conferir a posição de destaques nos trending topics, do Twitter, e mais do que isso, a troca de posição de políticos em alguns temas e votações, devido a pressão das bases.

A narrativa da grande mídia de que o governo federal não deve ter o controle da energia no país e nem as gestões das esferas estadual e municipal possuírem suas empresas de saneamento é um jogo de cartas marcadas, os interesses econômicos estão por trás de todas as informações falsas que circulam nos meios de comunicação. Os trabalhadores e as entidades sindicais estarão na luta denunciando junto a sociedade a verdade dos fatos, não deixando dúvidas que manter a soberania energético e o direito ao saneamento é dever de todas e todos.

NO SANEAMENTO, GOVERNO FEDERAL PROMOVE LEILÕES DAS EMPRESAS PÚBLICAS

A sanha privatista do governo federal e da maioria do Congresso Nacional impôs algumas derrotas, neste ano, à luta em defesa do saneamento público. Após a promulgação da lei 14.026/2020, que alterou o Marco Legal do Saneamento e abriu caminho para as privatizações das companhias públicas do setor, a manutenção do veto ao artigo 16 pela Câmara dos Deputados, em março, pôs fim à renovação dos chamados contratos de programa, colocando em risco a existência das companhias estaduais. O artigo 16 também mantinha o subsídio cruzado, quando os municípios mais superavitários financiam, em parte, obras e serviços nos municípios deficitários.

No final de novembro, o Supremo



Tribunal Federal não acatou as ADIs – Ações Diretas de Inconstitucionalidade – impetradas como tentativa de barrar o desmonte do setor. Uma das ADIs (nº 6536) foi formulada pela assessoria jurídica da FNU e CNU e ajuizada pelos partidos PT, PSol, PCdoB e PSB. Um dos pontos descritos na ação é o

fato do “novo” marco legal representar risco de dano iminente ao dever da administração pública de ofertar a todos o acesso a bens essenciais em função do princípio da universalidade dos serviços públicos, cuja máxima determina que sua prestação não deva distinguir seus destinatários.

VENDA DE EMPRESAS

Também no início de 2021 o governo anunciou, por meio do BNDES, planos de privatizar empresas em 13 estados e no Distrito Federal. Já foram realizados leilões em Alagoas (Casal), Mato Grosso do Sul (Sanesul), Rio de Janeiro (Cedae), Amapá e Espírito Santo. Estão em fase de consulta

pública ou estudos técnicos, os estados do Ceará, Rio Grande do Sul e Paraíba. Além das iniciativas dos governos estaduais, há ainda municípios, consorciados ou não, que estão no mesmo caminho.

No entanto, os leilões envolvem irregularidades que estão sendo

questionadas na Justiça. O Rio de Janeiro é um exemplo. Sindicatos e deputados federais e estaduais entraram com Representação no Tribunal de Contas do Estado, questionando as ilegalidades encontradas no edital de concorrência. Da mesma forma têm sido travadas lutas nos outros estados.

AINDA HÁ MUITA LUTA NA BATALHA EM DEFESA DO SANEAMENTO PÚBLICO

Mesmo com o Supremo validando a lei da privatização do setor (14.026/20), a luta das entidades sindicais, trabalhadores e movimentos sociais segue no acompanhamento da implementação da legislação, na tentativa de preservar ao máximo o interesse público e dos trabalhadores. A CNU seguirá questio-



nando, judicializando e articulando politicamente as adaptações dos

contratos de programa que têm prazo até 31/3/2022, as regionalizações, os atos de regulamentação dos serviços pela Agência Nacional de Águas – ANA, além de todos os processos licitatórios de concessões e PPP - Parceria Público-Privada, que ainda estão por acontecer.

GOVERNO BOLSONARO MENTE PARA DEFENDER A PRIVATIZAÇÃO DO SANEAMENTO

Ao contrário do que diz o governo, o serviço público de saneamento não é deficitário. Estudo divulgado pelo Sindae-BA desmistifica a eficiência do privado, ao mostrar que a cobertura média de esgoto dos municípios geridos no âmbito estatal é de 74,46%, ao passo que a administração privada tem apenas 53,8%. As cidades que são administradas pelo setor privado investiram, nos últimos cinco anos, em média R\$ 377,63 per capita, ao passo que a administração pública investiu, no mesmo período, R\$ 405,06 per capita. A população também paga mais caro na tarifa das concessionárias privadas, gastando 20% a mais que os operadores do setor público.



INTERSINDICAIS SÃO REFERÊNCIAS NA LUTA PELOS DIREITOS DOS TRABALHADORES

As intersindicais cumprem um papel fundamental na luta dos trabalhadores eletricitários em várias empresas de energia. A unidade em torno de uma pauta unitária tem trazido ganhos importantes ao possibilitar um maior nível de pressão sobre as direções patronais.

A Intersindical Neoenergia é um exemplo bem-sucedido e reúne companheiros do Sinergia-BA, Sintern e Sindurb-PE. Com a presença de quadros bem preparados e experientes tem conseguido, ao longo dos anos, manter

direitos e avançar em muitas conquistas.

Com a aquisição de novas empresas nos últimos anos foram surgindo novas intersindicais, como a da Equatorial, composta pelos seguintes sindicatos: Urbanitários do Pará, de Alagoas, do Maranhão, do Amapá e do Piauí. A política de desmandos e de ataque aos direitos dos trabalhadores é uma marca dessa empresa, portanto, a Intersindical terá que ter muito unidade em suas ações para defender a manutenção de direitos e avançar em novas conquistas.

A Intersindical Energisa é também uma trincheira de luta dos seus trabalhadores, nasce da mobilização e união dos sindicatos de eletricitários do Mato Grosso, Mato grosso do Sul, Paraíba, Sergipe, Acre, Rondônia, São Paulo e Minas Gerais.

Para enfrentar o capital e sua sanha pelos lucros advindos da exploração da classe trabalhadora a unidade nas ações e negociações é o caminho e as intersindicais cumprem com eficiência esse papel.

CONSOLIDAÇÃO DA CNU E FEDERAÇÕES REGIONAIS

A CNU, que neste mês de dezembro completa dois anos de sua fundação, é a entidade de representação nacional dos urbanitários e a formalização por meio da carta sindical deve ocorrer em 2022.

Para todo esse processo de tornar realidade o sonho se construir uma estrutura verdadeiramente representativa para o ramo se deve a constituição das federações regionais. Em setembro, a FRUSE - Federação Interestadual dos Urbanitários do Sudeste, a exemplo que ocorreu anteriormen-

te com a FRUNE - Federação Interestadual dos Urbanitários do Nordeste - e a FURCEN - Federação Interestadual dos Urbanitários do Centro Oeste e Norte), realizou seu 1º Congresso Extraordinário, que elegeu a nova direção, tendo à frente na presidência, Esteliano Neto, do Sinergia Campinas (São Paulo).

Também nos dias 17 e 18 de dezembro, a FRUNE realizou Congresso que elegeu para presidente, no período 2022/2025, Raimundo Lucena Maciel, do Sinergia Bahia.

URBANITÁRIOS FORAM ÀS RUAS PELO FORA BOLSONARO E SEGUIRÃO NA DEFESA DA DEMOCRACIA

O ano de 2021 foi marcado pelos inúmeros atos pelo fora Bolsonaro. Um dos mais expressivos ocorreu em 7 de setembro. A CNU fez a convocação, juntamente com suas entidades filiadas, para o grande ato #ForaBolsonaro. Na ocasião, urbanitários de todas as regiões do país foram às ruas em protesto contra esse desgoverno que massacra o povo, destrói vidas com seu negacionismo e retira direitos da classe trabalhadora.

De acordo com Paulo de Tarso, presidente da CNU, “o caráter perverso desse governo precisa sempre ser denunciado. Basta andar pelas ruas e ver o aumento da pobreza extrema, o desemprego, a carestia dos alimentos e combustíveis. Para a categoria urbanitária, ele impõe privatização das empresas



de saneamento, e colocou à venda a Eletrobras, um patrimônio público que jamais pode ser entregue ao capital especulativo”.

A luta contra Bolsonaro é contínua, já não se espera a destituição, porque infelizmente a base do Centrão, em troca

de emendas do orçamento secreto, impede esse desfecho. Mas as ruas continuarão sendo o palco dessa batalha que se travará em 2022, agora nas urnas. Portanto, a categoria urbanitária deve continuar mobilizada para derrotar esse governo fascista.

REFORMA TRABALHISTA DE BOLSONARO VISA DESTRUIR O MOVIMENTO SINDICAL

Não bastasse a reforma trabalhista de Temer que jogou milhões de trabalhadores no mercado informal, totalmente precarizados e sem a proteção do Estado. A base do governo Bolsonaro trabalha agora para destruir as entidades sindicais, já abaladas pela falta de recursos e a diminuição das bases por conta das demissões, com uma nova reforma trabalhista.

A reforma prevê, dentre outros pontos, a liberdade sindical total para constituição

das entidades apenas com o registro em cartório civil, sem interferência e intervenção do poder público. Ou seja, surgirão ações de oportunistas para buscar a fundação de entidades puramente cartoriais, sem qualquer vínculo com os trabalhadores e suas lutas.

A destruição prevê o absurdo direito de participação dos empregados não associados com direito de voto nas assembleias. Caso essa “reforma sindical”

avance levará também a extinção do poder normativo da Justiça do Trabalho, um instrumento histórico utilizado pela classe trabalhadora, ao retirar o papel de mediação ou arbitragem que sempre foi exercido pelo poder judiciário em caso de impasse nas negociações.

O movimento sindical precisa estar alerta e se mobilizar contra tamanha ilegalidade e intromissão na organização dos trabalhadores.

